

O Governo se encontra em plena ofensiva política. O deputado Américo Neto, líder do PDS, que já não insinua suas simpatias por muitas das posições políticas governamentais, admitiu ontem que «os cinco anos ganham com os pés nas costas». Os próprios parlamentares que se empenham e vão votar pelo mandato de quatro anos para o presidente Sarney, como o senador Affonso Camargo Neto ou o deputado Saulo Queiroz, não se revelam muito animados com suas perspectivas de vitória na Constituinte. Reconhecem que cresceu bastante nos últimos dias a tendência em favor dos que pregam os cinco anos.

Em consequência disso, não foi das mais animadas a reunião de ontem do comitê interpartidário que batalha pelas eleições diretas para este ano. O senador Affonso Camargo Neto, um dos pioneiros dessa luta, propõe a criação de um fato, novo, capaz de influir e modificar o espírito dominante na Constituinte. Esse fato novo seria um movimento de paralisação nacional no dia quatro de março, englobando patrões e empregados, no qual a sociedade manifestaria sua inconformidade com qualquer iniciativa que vise prolongar além de 88 o mandato do presidente Sarney.

A determinada hora do dia quatro de março, preces ao encerramento do expediente normal, as fábricas e o comércio interromperiam suas atividades, em forma de protesto com o fim de obter da maioria da Constituinte voto favorável aos quatro anos de mandato para Sarney. Esse movimento seria articulado e comandado em cada Estado pelas principais lideranças nele engajadas, como Brizola no Rio de Janeiro, Mário Covas e Fernando Henrique Car-

doso em São Paulo e Affonso Camargo Neto no Paraná.

Mas é visível que a balança começa a pender na direção dos cinco anos. O governador do Paraná, Alvaro Dias, está influenciado diretamente no espírito dos integrantes da bancada do PMDB do seu Estado, para que subscrevam a emenda, que concede cinco anos de Sarney. Assim como Alvaro Dias, outros governadores e ministros de Estado adotam idêntico procedimento. O deputado Mateus Iansen recebeu ontem à tarde uma lista com seis assinaturas de parlamentares, recolhida pelo ministro Prisco Viana, a qual fez engordar para 296 as adesões à emenda de sua autoria que estabelece o mandato de cinco anos para Sarney.

Outros fortes indícios de mudança de comportamento político no que tange ao mandato de Sarney, por parte de outros parlamentares puderam ser detectados durante o dia de ontem. O deputado mineiro Humberto Souto, revelou sua intenção de votar nos cinco anos de mandato para Sarney, embora ressalvando que não irá subscrever emenda em questão do Centrão. O senador Affonso Camargo Neto reconheceu que o enfraquecimento dos quatro anos corresponde ao fato de que o Governo dispõe de instrumentos de pressão política, o que falta aos que o combatem.

Presidencialismo

O deputado mineiro Bonifácio de Andrada, do PDS, transformou-se num dos principais articuladores políticos da emenda presidencialista apresentada anteriormente na Constituinte pelo deputado Prisco Viana. Houve inclusive quem atribuísse a autoria dessa emenda ao advogado Saulo Ramos, consultor-geral da República, o que é contestado por

Prisco. Nessa emenda prevê a figura de um primeiro-ministro, que funcionaria como uma espécie de coordenador político do Governo, embora submetido à autoridade do presidente da República. O deputado Bonifácio de Andrada vem encontrando algumas resistências políticas à aceitação dessa emenda mesmo por parte de presidencialistas históricos, os quais preferem a emenda do deputado paulista Manoel Moreira, preparada pelo professor Miguel Reale Junior, a pedido do deputado Ulysses Guimarães. Mas o Governo continua empenhado em fazer aprovar na Constituinte a proposta do deputado Prisco Viana.

Prorrogação

O deputado Gastoni Righi, líder do PTB, que vota nos cinco anos de mandato para Sarney, antecipa que sendo adiada para 89 a disputa em torno da sucessão presidencial, é inevitável, na sua opinião, a prorrogação para a mesma data das eleições municipais previstas para o ano em curso.

Críticas a Milliet

O ex-ministro e senador Roberto Campos, diz que a indicação de Mailson Nóbrega para o Ministério da Fazenda tranquilizou o País, mas considera grave erro a confirmação, no Banco Central, de Fernando Milliet. De acordo com Campos, falta ao presidente do Banco Central condições para negociar a dívida externa brasileira, pois ele é recebido com reservas pela comunidade financeira internacional, em virtude das posições que assumiu, defendendo o spread zero e a securitização unilateral da dívida.

Contrariando previsões oficiais, declara o ex-ministro do Planejamento que a inflação brasileira para 88 deve ficar em torno de 400%.